

CORREIO da manhã

DIRECTOR: VITOR DIREITO

QUARTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 1979 • ANO I N.º 185 • PREÇO 10500



DIVERGÊNCIAS NO GOVERNO

Fundação Cuidar o Futuro

A apreciação e necessidade de decisão sobre assuntos tão quentes como a lei das comissões de trabalhadores e a suspensão das entregas de reser-

vas na zona da Reforma Agrária levou à polarização de dois blocos no seio do Governo. Sousa Franco e Peralta Magro, dum lado, Lurdes

Pintasilgo e Correia Gago, do outro, têm advogado soluções que radicam em orientações antagónicas. Análise nas páginas centrais desta edição.

SOUSA FRANCO 'DESCONTENTE'



O Governo encontra-se neste momento dividido em dois blocos que tendem a agravar as tensões reinantes no seio do Executivo desde há algumas semanas. — Soube «Correio da Manhã» de fonte segura. O ministro Sousa Franco, já fez sete declarações de voto em Conselho de Ministros, preocupado que está com a orientação política de certas medidas e as implicações financeiramente gravosas que o bloco favorável à política do PC tem vindo a defender.



Correia Gago tem vindo a destacar-se, com Lurdes Pintasilgo, na tomada de posições próximas da estratégia do PC

DOIS BLOCOS EM CONFRONTO

Juntamente com Sousa Franco têm-se destacado na tomada de posições que podem ser identificadas com o PS e outros sectores democráticos situados à direita dos socialistas, os ministros João Figueiredo (Comunicação Social), Marques Videira (Indústria) e Pereira Magro (Comércio e Turismo). A este sector opõe-se cada vez com maior nitidez o bloco nitidamente identificado com a política próxima do PC.

Além de Maria de Lurdes Pintasilgo participam no apoio a estas posições os ministros Correia Gago (Coordenação Económica), Costa Brás (Adjunto para a Administração Interna), Sá Borges

(Trabalho), Bruto da Costa (Assuntos Sociais), Sedas Nunes (Cultura e Ciência) e Freitas Cruz (Negócios Estrangeiros).

As tensões internas agravaram-se recentemente com os incidentes

registados no Alentejo, questão onde não é possível conservar uma imagem de meias tintas que alguns ministros estariam interessados em exhibir perante a opinião pública — garantiram-nos. A primeiro-ministro propôs na última reunião do Conselho de Ministros a suspensão da entrega de reservas, indo assim ao encontro das exigências postas pelo PC desde a posse do Governo.

REFORMA AGRÁRIA TEM «VOTAÇÃO ESTRATÉGICA»

Esta questão foi contudo adiada para a reunião seguinte do Conselho de Ministros, prevista para esta tarde no caso de Maria de Lurdes Pintasilgo regressar a tempo de Nova Iorque. Na votação realizada para o efeito no Conselho de Ministros, o adiamento foi conseguido com apenas um voto de diferença. Costa Brás e Joaquim Lourenço votaram contra a suspensão da entrega das reservas, o que foi considerado como uma «atitude estratégica», já que as posi-

ções daqueles ministros se identificam com as do bloco empenhado em satisfazer as exigências avançadas pelo PC.

Sabe-se ainda que este sector não veria com desagrado que tivessem êxito as tentativas daqueles que gostariam de ver afastado da GNR o brigadeiro Passos Esmeriz.

INVOCANDO A INTERSINDICAL

Em diversas reuniões do Conselho de Ministros tornou-se evidente a preocupação de alguns ministros citarem e invocarem a Intersindical para

Sousa Franco já fez sete declarações de voto em reuniões do Conselho de Ministros, exprimindo o seu desacordo frontal

sustentar a política desta central sindical. Os subsídios de desemprego e os níveis de salários mínimos adoptados por iniciativa deste bloco de ministros ultrapassaram em 400 escudos as reivindicações da CGTP/Inter-sindical.

Os aumentos aprovados irão provocar novo «buraco» no erário público avaliado em 15 milhões de contos. «O ministro das finanças, Sousa Franco, deita as mãos à cabeça e não sabe onde irá buscar este dinheiro», tendo manifestado a sua total discordância face a estas medidas – assegura a nossa fonte.

MANOBRAS E DESINTERVENÇÕES

Outro dos pontos em que as fricções no seio do Governo se têm vindo a evidenciar respeita às opções relativas à intervenção estatal nas empresas privadas e às relações laborais. A primeiro-ministro já se pronunciou por

várias vezes contra a realização de mais desintervenções.

Lurdes Pintasilgo teria mesmo invocado a existência duma «manobra» que atribuiu ao empresário Quina, para justificar a não desintervenção da Sociedade de Vinhos Borges e Irmão. No entanto a primeiro-ministro não explicou como e porquê se processava essa «manobra».

As implicações da lei das Comissões de Trabalhadores levantaram igualmente fortes tensões no seio do Executivo. A aplicação desse diploma no domínio bancário preocupa os sectores e ministros mais sensíveis à necessidade da criação dum clima favorável à reanimação da actividade económica.

Com efeito, aquela lei atenta contra o sigilo bancário, problema nevrálgico que pode levar à situação de grande insegurança no mundo dos negócios, como aconteceu já em 1975.

